

Salários vão ser analisados

Uma das várias atribuições da comissão de transição do governo, que começou a trabalhar ontem na sede da Federação das Indústrias do Rio de Janeiro (Firjan), será analisar detalhadamente os salários e as aposentadorias dos funcionários públicos. Embora os dois últimos governos estaduais tenham conseguido acabar com boa parte dos salários muito altos, as remunerações serão verificadas para descobrir se há funcionários ganhando mais do que o teto fixado por lei.

"Os salários muito altos diminuíram bastante, mas ainda existem por causa dos direitos adquiridos. Também há aposentadorias desproporcionais. A diferença é que agora poderemos aplicar os instrumentos da reforma administrativa. Teremos amparo jurídico para rever o que for necessário", disse ontem o advogado Hugo Leal, um dos integrantes da comissão. Hoje, um funcionário público não pode receber mais de R\$ 10.800. O aumento desse teto está sendo discutido pelo Legislativo e pelo Judiciário nacionais.

Sem amparo legal para contestar os salários muito elevados, os governos e as prefeituras esbarravam no recurso usado pelos servidores de que tinham direitos garantidos por lei. Com a reforma administrativa, o poder público passa a ter mais amparo legal para questionar os vencimentos que ultrapassam os R\$ 10.800. "Vamos inaugurar uma fase com novo instrumento jurídico", afirmou Hugo Leal.

O futuro governo terá que se ajustar à Lei Camata, que proíbe gastos com funcionalismo público acima de 60% da arrecadação tributária. A solução preferencial de Garotinho é aumentar a arrecadação. Mas a diminuição de salários altos demais poderá contribuir para o enxugamento. Garotinho enfrenta o problema e não ter muitas áreas onde haja excesso de pessoal e, portanto, possa haver demissões significativas. Segundo Hugo Leal, em uma ou outra repartição que tenha excesso de funcionário, os excedentes poderão ser demitidos, mas o impacto na folha de pagamento será pequeno.

O impacto econômico sobre o orçamento estadual e federal (não que se refere ao Rio de Janeiro), a reavaliação de todas as privatizações feitas pelo governo Marcello Alencar e a suspensão da terceirização dos hospitais são os primeiros temas sobre os quais a equipe de transição terá que se debruçar nos próximos dois meses. Os deputados Alexandre Cardoso, do PSB, e Edmilson Valentim, do PC do B, serão responsáveis por estudar os orçamentos. Alexandre na Câmara dos Deputados e Edmilson na Assembleia Legislativa.

Coordenador do programa de governo de Garotinho, Tito Ryff, também integrante da comissão de transição, cuidará do setor de desenvolvimento econômico. Sua missão será traçar estratégias, com empresários e trabalhadores, para atrair investimentos para o Rio. Segundo Ryff, uma das prioridades do governo será o Porto de Sepetiba, "urgente por ser importante para o estado e para o país". O porto será um dos importantes centros de exportação e receberá investimentos federais, segundo prometeu o presidente Fernando Henrique Cardoso durante a campanha da reeleição.

Outra prioridade citada por Ryff é o projeto de fruticultura do Norte e Noroeste do estado. Trabalho feito pela Firjan estimou em R\$ 1,5 bilhão o investimento na região. Como aproxima-se um período de muita recessão, Ryff afirmou que o programa poderá ser dividido em módulos, de modo a atrair investidores por etapas.

O futuro governo também acenará aos investidores nacionais e internacionais com o potencial do Rio de Janeiro no setor de turismo, de exploração de petróleo e de tecnologia de ponta, entre outras vocações do estado. "Estaremos remando contra a maré, tentando atrair investimentos em um período difícil da economia", comentou Tito Ryff. O economista afirmou que o estado dará incentivos fiscais para atrair novas empresas.